

**A HERMENÊUTICA DO SILÊNCIO:
vencedores e vencidos de uma luta desigual**

***THE HERMENEUTICS OF SILENCE:
winners and losers of an unfair battle***

Luiz Antonio de Castro Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O texto visa provocar uma reflexão ética e política sobre o proibicionismo e suas ramificações, que assumiram formas crescentemente despóticas de vigilância, de proporções mundiais, seja no terreno do controle do tabaco ou das drogas – inclusive no que tange à criminalização dos usuários da maconha. Em tempos recentes, a aplicação de um controverso “princípio de precaução” tem justificado novas e injustificadas incursões de polícia médica, da legislação antifumo às medidas crescentes de estigmatização (e anunciada penalização) de pessoas consideradas obesas. Em nome da epidemiologia de riscos, conceitos de base científica escassa tornam-se preceitos morais, a exemplo do conceito/preceito relativo ao chamado “fumo passivo”. Aqui se defende a necessidade de delimitação das fronteiras entre ciência e moral, entre público e privado, entre prevenção e intervenção descabida. Dedicamos atenção especial à defesa das pessoas expulsas dos espaços de fruição, sociabilidade e convivência, por autoridades sanitárias municiadas por frágil base científica.

Palavras-chave: hermenêutica, estigma, fumo passivo, riscos

Abstract

The text aims to provoke an ethical and political reflection on Prohibitionist policies and its ramifications, which took increasingly despotic forms of surveillance of global proportions in the field of tobacco control and in the criminalization of marijuana users. In recent times, the implementation of a controversial “precautionary principle” has justified new and unjustified medical police or neo-prohibitionist, anti-smoking legislation. Public health authorities now turn the focus of surveillance (and announced penalties) toward people considered obese. On behalf of the epidemiology of risks, concepts of questionable scientific validity become moral precepts, as is the case of the concept/precept of “second-hand smoke”. What is at stake here is the need to establish reasonable boundaries between science and morality, between private and public, between prevention and unwarranted intervention. The text devotes special attention in defense of those excluded from the public spaces of entertainment by neo-Prohibitionist laws and regulations.

Keywords: hermeneutics, social stigma, second-hand smoke, risks

Macunaíma se consolou pensando: “o mal ganhado, diabo leva...”

Mário de Andrade, Macunaíma, 1928

Quando pensamos sobre os ritos públicos de sociabilidade, por meio dos quais se cultivam as formas básicas de sustentação de laços sociais, devemos ter em conta que foram precedidos por costumes de tempos remotos: as sociedades chamadas ‘primitivas’ cultivavam práticas rituais de beber, fumar e alimentar-se, destruídas, desarticuladas ou destituídas de suas funções originais de organização social pelos processos de produção da indústria. A mesma sociedade capitalista, que assistiu à formação de grandes complexos industriais (de bebidas, de alimentos superprocessados, de fumo etc.), toma agora medidas de contenção do poder desses conglomerados. Ao mesmo tempo, gera novas formas de acumulação de capital e de poder simbólico, canalizadas para ONGs e, de modo geral, para todo o chamado terceiro setor.

No tocante à alimentação, o Estado tomou para si, no Brasil, a responsabilidade de formular propostas alternativas em defesa da agroecologia e de sistemas orgânicos de produção. A atuação do Estado se estende a várias outras frentes, através de políticas que promovem ou estimulam medidas e programas importantes em favor da população, buscando protegê-la das estratégias agressivas de mercado e da irresponsabilidade social da indústria.

As grandes destilarias, a indústria de alimentos e a do tabaco, em poderosos complexos industriais, impulsionaram dependências e hábitos compulsivos, responsáveis pela eliminação ou desarticulação de costumes imemoriais – os rituais de convívio social que nossos antepassados cultivavam. Tomemos o caso dos alimentos superprocessados. Parte do problema deveu-se à propagação de hábitos alimentares do tipo *pit-stop*, que a população dos Estados Unidos esteve entre as primeiras a adotar – substituindo o hábito diário e familiar de ‘comer à mesa’ pela alimentação individualista e às pressas em cadeias de *fast-food* disseminadas por todo o mundo.

A necessidade de políticas de prevenção e proteção da população, pelo Estado, encontrou na Epidemiologia dos Riscos um instrumento ao mesmo tempo imprescindível e potencialmente danoso para a qualidade de vida da população mundial. Explicitaremos esses aspectos a seguir.

Dizemos imprescindível, pelas imensas possibilidades da Epidemiologia no tocante à formulação de cenários sobre a relação entre população, meio ambiente e doença, de tal modo a tornar possível, e imperativa, a intervenção das autoridades sanitárias. Não se trata apenas da função importante de lançar pistas seguras para a condução de campanhas preventivas. A erradicação de doenças está igualmente entre as grandes conquistas do campo sanitário e epidemiológico: um exemplo clássico foi ‘o fim da pólio’, luta mundial hercúlea, cujo último *front* africano foi precedido pelo programa de erradicação lançado

pela OPAS, em 1985, no continente americano¹. É notória a contribuição dos estudos sobre riscos ocupacionais, que têm permitido em todo o mundo o aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção no interior das fábricas, em defesa do trabalhador, bem como no trabalho em saúde hospitalar e na clínica, a exemplo da biossegurança em odontologia. Entre as frentes de ação recentíssimas, a imprensa internacional deu destaque à ação ‘solo’ e obstinada do pesquisador Pierre Meneton, do Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM). Desde 2000, Meneton dedicou-se a estudar e documentar as consequências adversas do consumo excessivo do sal para a saúde humana. Em alguns anos, tornou-se o interlocutor privilegiado de agências do governo francês, nem sempre atentas à proteção do pesquisador diante de ações na justiça, escutas telefônicas e assédio moral, movidos pela indústria alimentícia do país². Os acontecimentos na França tiveram impacto no Brasil, mediante a assinatura de um acordo entre o Ministério da Saúde e as indústrias de alimentos, que viabilizará a redução do percentual de sódio nos alimentos industrializados³.

Ressaltemos um aspecto fundamental nessas intervenções, que se tornaram possíveis pela contribuição da análise de riscos: em nenhum dos exemplos apontados houve interferência impositiva ou controle indevido sobre os modos de vida da coletividade. Se a indústria produz milhões de pacotes de batatas fritas, continuará a produzi-las, mas com menos sal! Citemos outro exemplo em que deveria haver maior atuação de ONGs e do governo, com base nos dados coletados pela Sociologia e pela Epidemiologia da Violência. Em texto preocupante e oportuno, o jornalista Daniel Santini (2012, s/p) destacou “a difícil cobertura sobre a indústria de armas no Brasil”. Santini trouxe a público as declarações de um líder do movimento pelo direito à posse de armas, criticado até mesmo por atiradores, por defender a cor rosa de uma pistola lançada no mercado pela Companhia Brasileira de Cartuchos. “Tudo é uma questão de nicho de mercado. A pistola com certeza se destina ao público infanto-juvenil; aliás, são estes que serão os atiradores de amanhã” (SANTINI, 2012, s/p). Curiosamente, uma ONG de São Paulo veiculou, em horário nobre da TV, uma vinheta sobre as embalagens atraentes de cigarros, que seriam destinadas ao público jovem. A matéria é correta, ainda que unilateral e míope, pois a ONG antitabagista e monotemática, que lançou o vídeo, deixou de trazer à baila as armas “cor de rosa”, igualmente voltadas para atrair novos consumidores.

Um dos pontos de honra para a análise sociológica, que pode e deve contrapor-se e sobrelevar-se à análise de riscos sempre que necessário, é a manutenção de laços sociais. Quando nos posicionamos frontalmente contra a eliminação de áreas de fumantes – bem ventiladas – em espaços públicos, o fazemos em defesa da sociabilidade, daquilo que o educador e filósofo social Ivan Illich (1985) chamava lucidamente de “teias da

1 Ver o álbum internacional realizado por Sebastião Salgado (2003) e lançado pela Companhia das Letras no Brasil.

2 A este respeito ver o artigo de Vincent Olivier (2011).

3 Acordo firmado no Brasil em 28 de agosto de 2012.

convivialidade” ou convivência solidária. No futuro próximo, para citarmos um exemplo extremo, consideremos a probabilidade de que as grandes metrópoles se vejam forçadas a abolir ou reduzir drasticamente o uso do automóvel, em nome da ecologia humana. Mesmo nesse caso extremo, não haveria efeitos perversos sobre a convivência ou a vizinhança social; ao contrário, estaríamos diante da redução dos padrões de gritante individualismo e isolamento do homem contemporâneo em seus *bunkers* automotivos, desbancados, então, por modelos europeus de transporte coletivo.

Mencionamos acima o caráter potencialmente prejudicial dos usos da Epidemiologia, em relação aos padrões de convivência e à qualidade da vida contemporânea. Isto se deu quando a retórica dos riscos passou a ser uma espécie de reserva ‘científica’ de ações (questionáveis) sobre a redução de danos e riscos, por meio de políticas descabidas de intervenção e de vigilância sanitária. No âmbito da campanha nacional (Ministério da Saúde), latino-americana (Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS) e mundial (Organização Mundial da Saúde - OMS) contra os fumantes, somos logo catapultados para o território de ação de Organizações Não-Governamentais antitabagistas no Brasil e no exterior. Surpreendentemente, estas ONGs canalizam e mobilizam recursos (simbólicos e financeiros) que lhes permitem maior presença na mídia do que aquelas entidades públicas. A nosso ver, sejam públicas ou privadas, tais atividades têm sido fortemente prejudiciais à interação social no interior de coletividades em cujo nome, paradoxalmente, organizações nacionais e internacionais pretendem agir, ao excluir os fumantes dos espaços públicos de entretenimento.

Nossa crítica procede do campo da ética da responsabilidade. As cartas-documentos aqui transcritas, na segunda parte do presente texto, testemunham a busca de um diálogo, no terreno da responsabilidade moral, com a mídia especializada, organizações do terceiro setor, instituições acadêmicas, agências públicas e seus dirigentes. Buscávamos um diálogo sobre o agir e sobre a responsabilidade dos agentes, bem como sobre aqueles que são os alvos das ações, ao participar, desencadear, ou sofrer as consequências de uma medida de controle sanitário. Salvo em algumas tentativas de comunicação, por carta ou e-mail, não obtivemos resposta. Fracassamos. Ou teriam fracassado nossos interlocutores? Paul Ricoeur (1990), em texto excepcional, discutiu as questões de identidade moral de quem pratica uma ação: estão em jogo a *accountability* (a transparência) e a responsabilidade – inclusive pelas consequências futuras das ações realizadas no presente. Há anos, um professor de Princeton, estudioso da atuação de *policy advisers*, particularmente de consultores de instituições públicas, sublinhava a necessidade moral dos profissionais em “respeitar e aperfeiçoar o processo democrático pelo qual se tomam decisões” (McPherson, 1983, p. 76). Focalizemos o caso brasileiro, nos tempos atuais: aventarmos o aperfeiçoamento dos canais de respeito ao outro que é ‘diferente’, bem como o controle e a transparência dos programas de ‘saúde & bem estar’ e dos próprios canais de vigilância sanitária, não passa de uma quimera, um sonho impossível. Como acreditarmos

na responsabilidade moral dos profissionais, em um país cujo processo democrático é escandalosamente imperfeito, “pela força da grana” (como dizia o compositor) e pela ação emoliente, adstringente e manipuladora das estratégias de *marketing*, utilizada nas TVs e outdoors pelos defensores da ‘saúde perfeita’? Lembramos, a propósito, os vídeos na TV que mostravam a densa fumaça de cigarros em ambientes obviamente mal ventilados, para ‘comprovar’ a necessidade de eliminação das áreas para fumantes; ou como se vê hoje nos maços de cigarros, imagens que trazem situações extremas – algumas claramente distorcidas ou forjadas – sobre os efeitos adversos do tabaco, que a rigor só se aplicam para fumantes pesados ou altamente dependentes; ou ainda os *outdoors* em que se pede maior controle da indústria do tabaco – no momento, seguramente mais controlada do que a indústria de armas legais no Brasil. São os passos para que, mais adiante, se abra o caminho para a adoção do proibicionismo drástico, preconizado pela chamada Convenção Quadro – um brutal equívoco das nações signatárias, inclusive o Brasil.

A correspondência e o silêncio

As cartas que acompanham o texto – a rigor, elas constituem, em sua diversidade de conteúdo e destinação, o texto fundamental – são o testemunho de uma mirada sociológica, que procurei comunicar aos seus destinatários, alicerçada sobre as lições dos clássicos do interacionismo simbólico e da fenomenologia. Um desses textos luminares foi escrito em 1956, pelo sociólogo Harold Garfinkel, há exatos 56 anos, quando tratou do lado sombrio das organizações, das vozes abafadas pela humilhação em cerimônias ritualísticas de degradação e vergonha. Garfinkel nos convida, hoje, à reflexão sobre o ‘paradigma da vergonha’ imposto pela Lei Seca norte-americana. (Que nossa versão tropical tenha seu lado positivo, sem ‘convenções quadro’ preconizando a extinção total, é um ponto forte; que nossos chamados bafômetros capturem e criminalizem quantidades mínimas de bebida é, contudo, uma tolice extrema). As cerimônias e leis iníquas de degradação, criminalização e exclusão, destinadas aos usuários de maconha no Brasil, são pontos que igualmente nos convidam à reflexão. A construção de máscaras identitárias aviltadas, como a de marginais, para os usuários de maconha, gerou comportamentos surpreendentes. Para o observador pouco atento aos efeitos do aviltamento ou degradação, será difícil entender as atitudes das lideranças dos usuários de maconha, que chegaram ao ponto de se imolarem e se humilharem publicamente contra outros grupos excluídos, em vez de se organizarem em movimentos unificados contra o despotismo sanitário. Lembremos aqui a fala, em cadeia de emissoras de TV, de um militante da recente (e absolutamente bem-vinda) marcha em defesa da regulamentação e do uso da maconha. Em sua fala, lançava farpas contra a suposta hipocrisia de “uma sociedade tabagista e alcoólatra”, que os detrata como maconheiros. A carta que enviei à direção técnica do Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo (carta número III) procurava justamente indicar que não há validade científica nas pesquisas

sobre a ‘aceitação’ ou ‘aprovação’ da legislação antifumo pelos próprios fumantes. Se fossem conduzidas sondagens semelhantes com os leprosos, nas colônias de antigamente, a internação compulsória seria também aprovada pelos doentes. A identidade deteriorada revela-se na própria incapacidade de resistência; no silêncio, na aquiescência. Aliás, a reclusão dos hansenianos ainda era compulsória no Brasil na época em que Garfinkel, em seu estudo clássico, discutia nos Estados Unidos as ‘cerimônias de degradação’. Tudo indica que as legiões antitabagistas (num ‘corte/cola’ dos procedimentos da mídia e de ‘especialistas’, que há tempos levaram à criminalização do uso da maconha) caminham no sentido da expulsão total e indiscriminada dos fumantes dos espaços de convívio e lazer. Não se poderia prever – qual ciência social poderia prever tanta (in)competência? – tamanha rigidez nos procedimentos de exclusão. Em tempos recentes, a aplicação de um controverso princípio de precaução tem justificado novas incursões de polícia médica e da legislação disciplinar. Já se pode avistar no horizonte pesado dos complôs e simpósios internacionais contra o tabaco, o álcool e ‘outras drogas’, que se anunciam para breve, as medidas crescentes de estigmatização e a anunciada penalização de comportamentos de risco. As pessoas consideradas obesas serão os próximos alvos, como já indicam as pautas da mídia. Em nome da Epidemiologia de Riscos, conceitos de base científica escassa tornaram-se preceitos morais, como ocorre com o conceito – de fato um mero preceito – sobre o chamado ‘fumo passivo’. A cientificidade do conceito é defendida, em montanhas de artigos de conteúdo claramente ideológico, nas revistas de *tobacco control*, financiadas por centros de estudos (sic) que são, por sua vez, generosas cornucópias para algumas universidades norte-americanas, com recursos de filantropia e de fontes de governo. Contudo, se a precaução acaba por caucionar medidas que ferem a sociabilidade e o convívio, a intervenção discricionária não terá qualquer legitimidade do ponto de vista da ética social, que aqui defendo.

As cartas que se seguem foram escritas no período de pouco mais de um ano, entre janeiro/fevereiro de 2011 e 2012. Há algumas outras que decidi não publicar, sobretudo quando se tratava de curtos comentários. Houve uma longa sequência de e-mails trocados entre mim e alguns colegas do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que acabaram por se cristalizar em um debate publicado, em 2010, na Revista de APS (NATES, UFJF), na seção Tribuna e em um dossiê intitulado *Riscos à saúde: fumaça ambiental do tabaco – pontos para um debate*, organizado por Renato Veras (2010) e disponível na Internet. Uma carta que deixo de publicar, porque a perdi, foi a crítica que enderecei, em 2010, ao Programa do Jô, em sua página na Internet. Lamentei o teor de uma entrevista de Jô Soares – creio que com o ator Antonio Fagundes –, na qual os fumantes haviam sido chamados de ‘doentes’. Como a propalada ‘inexistência’ de níveis seguros para o fumo não convence – veja-se a Carta número V – do mesmo modo como sucede com o consumo da maconha, ponderei que há fumantes e ‘tabagistas’, usuários e ‘drogados’, bebedor social e ‘alcoólico’. Nesse balancê, são os segundos, não os primeiros,

que estão doentes e necessitam programas de acolhimento e tratamento. Recebi uma resposta qualquer do Programa do Jô, se bem me lembro um script, um roteirinho. A Carta número II foi publicada, quase na íntegra, pela excelente revista de divulgação científica *Pesquisa FAPESP* (louve-se sua seção de Cartas ao Editor). A Carta número III foi publicada na *Revista do IDEC*. Devo mencionar que uma correspondência anterior, endereçada ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), em 2009, tornou-se matéria de página inteira, na seção Opinião, com o título “Os novos leprosos”. Também em 2009, minha crítica a uma matéria publicada na *Contexts* (revista da American Sociological Association) sobre fumantes no Japão, ensejou uma resposta cordial dos editores, solicitando que preparasse um ensaio, uma carta bem mais extensa, para publicação na revista. O ensaio foi publicado com o título “In defense of smokers”. As demais correspondências não tiveram retorno: deixo aos leitores a reflexão sobre as razões do silêncio.

Primeira carta

Professor
Julio Frenk, Decano
Harvard School of Public Health
Kresge Building, Room 1005
677 Huntington Avenue
Boston, Massachusetts 02115
Estados Unidos

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2011.

Estimado Professor Frenk,

Envio-lhe, anexos, exemplares de uma publicação recente sobre os riscos associados à fumaça ambiental do tabaco, com ensaios críticos organizados pelo Dr. Renato Veras, médico, epidemiologista e professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Meu texto foi um documento de base, a partir do qual outros autores brasileiros, um epidemiologista norte-americano e Lucien Sfez, sociólogo francês, trouxeram suas colaborações e comentários, a convite do Editor.

Esperamos, todos os autores, que nossa publicação traga uma palavra de cautela em relação às posições tomadas por colegas da Harvard School of Public Health sobre os fumantes neste país e em todo o mundo, estigmatizados como os novos *outsiders* do século 21.

Fui aluno do Mestrado em Population Studies, nos primeiros anos da década de

1970, na Harvard School of Public Health. Foi uma experiência fantástica ter conhecido e trabalhado com pesquisadores e professores excepcionais, como Nathan Keyfitz e Roger Revelle. Fui um aluno insurgente – e creio que bom aluno também, porque concluí os créditos do *two-year program* em um ano apenas. Por que minha rebelião? Porque nesta época, defrontei-me, na Escola, com um grupo interessado em produzir ‘ideologias de controle populacional’ para o Terceiro Mundo – inclusive para o México e o Brasil. Fui um aluno inquieto, tive uma conduta crítica em relação a tais posições ideológicas, no que tive o apoio fraterno, sempre respeitoso, de figuras intelectuais do porte de Keyfitz, entre vários outros professores da School of Public Health.

O tempo passou e novamente a Escola de Saúde Pública de Harvard se torna produtora de ideologias de controle de corpos e sociabilidades. O grupo de combate ao tabaco, que encontra abrigo e desenvolveu uma espécie de *bunker mentality* na HSPH, tem adotado posturas abertamente moralistas e policialescas. É preciso que tenham consciência de que, por razões nem sempre científicas – pois o conhecimento sobre ‘fumo passivo’ é claramente incerto e pouco robusto –, seus integrantes foram longe demais. O fato de a *Harvard Public Health Review* não ter um espaço para debate, nem sequer para a publicação de Cartas do Leitor, impede a divulgação de *dissenting voices*.

Com apreço e admiração por seu trabalho como Dean e como Professor da Cátedra Angelopoulos, desejo-lhe felicidades em 2011 e boa leitura.

Saludos,

Luiz A. de Castro-Santos

Professor Associado

Instituto de Medicina Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Segunda carta

À Revista *Pesquisa Fapesp*

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011.

Caro Editor,

Escrevo para divergir de alguns pontos da interessante matéria do jornalista Marcos Pivetta (“Negar para não mudar”, edição impressa 175, 2010, p. 42-45). Pivetta discute um livro recente de dois historiadores de ciência norte-americanos, Naomi Oreskes e Erik M. Conway, *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming* (sem indicação de editora e ano de publicação). Por

se revelarem supostamente ‘comerciantes’ da dúvida científica, o título do livro satiriza um pequeno grupo de físicos abrigados em um instituto de pesquisas, na cidade de Washington. Sua atividade comercial – sustentam os autores – é fácil de demonstrar: todos prestam serviços ao grande capital, interessados (o capital e os autores serviçais) em reduzir o impacto da crítica ao aquecimento global e à emissão de gases na atmosfera. Até aqui, nem mesmo um aluno de primeiro período de sociologia discordaria dos autores.

Mas, por que a publicação de um livro aparentemente tão óbvio? E por que tanto foguetório? O lançamento foi um evento de *marketing* na Califórnia, com um bônus especial para um punhado de jornalistas ‘latinos’, que foram ao lançamento a convite do Instituto das Américas.

Meu primeiro comentário refere-se ao título e ao subtítulo da obra. Há má-fé na referência aos “mercadores da dúvida”, como é também enganoso o longo subtítulo, que associa um “punhado de cientistas” à discussão de fenômenos tão díspares como o aquecimento global e o tabaco. Para a comunidade científica e para a imprensa latino-americanas, título e subtítulo são iscas perfeitas. Diferentemente do financiamento da produção científica latino-americana, nos Estados Unidos entidades filantrópicas e fundações privadas, ONGs e laboratórios industriais têm um papel marcante. Todo pesquisador científico, mesmo aquele financiado em algum momento por programas federais de apoio à pesquisa como, por exemplo, pelo National Institute of Health, tem a carreira marcada por recursos não governamentais. Assim, a referência aos “mercadores da dúvida” é tendenciosa, porque supõe que os autores do livro estejam livres do mercado e do lucro. A dúvida científica, no país das fundações multibilionárias e dos megalaboratórios, tem e terá sempre um lado comercial. Todo pesquisador norte-americano, sobretudo em áreas de ciência & tecnologia, é um pouco mercador, atua com mercadorias.

Lembro-me, a propósito, de uma palestra proferida por um pesquisador de uma universidade em Nova York. Ao referir-se a um colega, ao invés de indicar as publicações de sua carreira científica, mensurou seu mérito pelo “valor milionário” do financiamento que havia obtido para seu projeto de pesquisa. Até mesmo no que diz respeito às Organizações Não-Governamentais, a atuação destas, na América Latina, é ainda inexpressiva, diante do impacto que o conjunto de ONGs e *think tanks* tem sobre a produção de ciência e tecnologia nos Estados Unidos.

Gostaria de enfatizar este ponto. A obra analisada pelo Editor Especial de *Pesquisa Fapesp* desautoriza os cientistas ‘da dúvida’, porque são mercadores. No entanto, as alianças e instituições antitabagistas nos Estados Unidos – e mesmo entre nós, no Brasil – recebem dotações generosas, oferecidas a Organizações Não-Governamentais ou instituições acadêmicas que se alinhem na guerra contra o tabaco. No momento, o patrocínio se destina às alianças contra o tabaco, que se multiplicam como cogumelos, não à formação de associações de defesa de espaços públicos para fumantes, ou de defesa de seus direitos extirpados. Não obstante seu fino jornalismo, Pivetta não notou o *timing* comercial do

lançamento e a isca mercadológica do longo título. Nos Estados Unidos, um livro que discuta apenas o aquecimento global esbarra na idolatria do automóvel. Daí o emprego, pelos autores norte-americanos, da analogia com a indústria do tabaco, já suficientemente demonizada pela imprensa e que não encontra defensores na população. Aliás, nem em São Paulo, a capital brasileira da lei antitabaco, ironicamente a capital do automóvel, da poluição ambiental e da aversão ao transporte coletivo.

Mas há mais. Na página 44, a matéria de *Pesquisa Fapesp* refere-se à ‘tática’ de pesquisadores supostamente vendidos à indústria do cigarro que, “a despeito das crescentes evidências dos malefícios do tabaco, negavam e minimizavam as conclusões dos estudos científicos”. Houve isto, sem dúvida, como de resto pode-se dizer que qualquer indústria – estatal ou privada – tem sempre motivos organizacionais, políticos e comerciais para defender seu produto ou serviço. Por isso, cidadãos e imprensa têm de estar vigilantes. No entanto, há também aqui uma cortina de fumaça, e nada tem a ver com cigarros. Por que razão estes autores norte-americanos, como em geral as Organizações Não-Governamentais financiadas para ‘provar’ os malefícios do fumo passivo, silenciam as táticas da indústria de armas de fogo? Os autores de *Merchants of doubt* empregaram uma tática mercadológica finíssima. Se, ao invés de fustigarem a indústria do tabaco, tivessem esmiuçado as táticas e estratégias empregadas pela indústria das armas de fogo e pela National Rifle Association, os autores teriam esbarado na cultura norte-americana de defesa dos “direitos à posse individual de armas”, garantidos até mesmo por constituições estaduais! (Refiro-me ao tristemente famoso “*constitutional right to keep and bear arms*” que a imprensa, como os autores de *Merchants of doubt*, receiam criticar). Isto iria liquidar o livro ainda no prelo... No entanto, dar destaque, como fazem os autores do livro, ao fato de algum cientista pedir cautela diante das ‘certezas’ sobre a fumaça ambiental do cigarro – o propalado e discutível ‘fumo passivo’ – é garantia de sucesso na mídia norte-americana e de recordes de vendagem. Pois os dois historiadores bem sabem que, desde as cruzadas contra o álcool que antecederam a chamada Proibição, nos anos de 1920, a pesquisa médica nunca se posicionou tão claramente a serviço de uma cruzada moral, como a atual onda antitabagista que se propagou a partir dos Estados Unidos. Nem a bebida encontra tanta crítica e tanta pesquisa regamente financiada pelos novos cruzados da saúde, como se dá com o tabaco. Por isso, os autores de *Merchants of doubt* preferiram enfatizar as táticas do tabaco, ao invés de destacarem os estratégias de *marketing*, ainda mais insidiosos, da indústria das armas de fogo nos Estados Unidos. Uma pena que o texto tão cuidadoso de Marcos Pivetta tenha deixado escapar esse lado de má-fé editorial e de análise esquiva do livro cujos autores sua matéria festejou.

Atenciosamente,

Luiz Antonio de Castro Santos

Instituto de Medicina Social – UERJ

Terceira carta

21 de abril, 2011

À Seção Cartas:

Revista do IDEC, Instituto de Defesa do Consumidor

Amigas, amigos,

O terreno histórico é sempre perigoso, quando o jornalismo faz uso dele para inferências sobre o presente. O texto da matéria *Era Uma Vez*, n. 153, p. 7, sem assinatura, está crivado de imprecisões. Naquela época, em que se fazia a propaganda da pasta de dentes Odol para branquear os dentes de fumantes, também se defendia o uso de DDD como inseticida. Hoje, sabemos que o DDD era perigoso. Mas não havia má-fé comercial, como sugere a matéria sobre a pasta de dentes. Aliás, no caso do fumante de ‘dentes brancos’, se ele fumasse pouco, seus dentes seriam de fato brancos, mesmo sem a pasta Odol! A matéria de *Era Uma Vez* não indica aos leitores o pouco conhecimento que a medicina experimental possuía sobre o consumo exagerado de tabaco e seu reflexo sobre a saúde bucal. Friso o termo ‘exagerado’, pois hoje a pesquisa científica sobre níveis de consumo moderado simplesmente se omite, não se interessa pelo estudo dos fumantes leves. Temos em seguida um salto mortal, quando o texto se volta para as estatísticas da OMS sobre o número de mortes pelo tabaco. As estatísticas sobre o efeito do tabaco são, hoje em dia, um terreno de cruzada moral, há muito deixaram o terreno científico. Os tais ‘milhões de mortes’, qualquer bom epidemiólogo sabe disso, dependem não apenas do cigarro, mas de inúmeras causas e fatores que se cruzam e se combinam de múltiplas maneiras. Há mascaramento de causas por todo lado. O passo seguinte da matéria parece-me ainda mais equivocado, ao tirar lições para o presente. A educação para a saúde é muito bem-vinda, ao procurar reduzir o consumo diário do tabaco, particularmente entre fumantes pesados. Mas a matéria induz os leitores a aceitarem como um ‘bom exemplo’ as medidas de polícia sanitária que as autoridades de Nova York adotaram recentemente, proibindo o fumo até mesmo em parques públicos. Isto não é saúde pública, é polícia de costumes. Estas medidas se baseiam no conceito equivocado de ‘fumo passivo’, que faz água por todos os lados, do ponto de vista científico. Temos de estar atentos e vigilantes em relação ao poder público e aos seus excessos, particularmente quando vêm embutidos em pacotes de ‘vida saudável’, em Nova York e em outras metrópoles como São Paulo, todas tomadas pela violência urbana, pelo uso de armas e pelo submundo das drogas pesadas. Nova York é um péssimo exemplo de despotismo sanitário, que a Revista do IDEC não pode louvar. Peço aos editores que divulguem uma publicação recente sobre o tema do antitabagismo, que pode ser consultada pelo link <<http://www.crde-unati.uerj.br/renato/risco.htm>>

Cordialmente,

Luiz Antonio de Castro Santos
Associado do IDEC n. 38941

Quarta carta

Professor Steven Gortmaker
Harvard School of Public Health
Boston, Mass 02115
31 de maio de 2011.

Caro Professor Gortmaker⁴,

Fui estudante de mestrado na Harvard School of Public Health no início dos anos de 1970. A escola, descobri um pouco tarde, endossou e propagou de forma contundente uma ideologia de controle populacional para o Terceiro Mundo. Os instrutores da HSPH, John B. Wyon e John E. Gordon, estavam na vanguarda deste movimento ideológico que se espalhou pelo mundo. Ao invés de uma ênfase na educação da saúde, a campanha voltou-se para práticas autoritárias. A esterilização forçada foi um método seguido no Nordeste do Brasil e em outras regiões do mundo – como na Índia – com recursos de fundações internacionais e grupos ativistas, como o Population Crisis Committee, o Comitê de Crise (sic) Populacional. Como estudante do Mestrado, opus-me vigorosamente aos controladores populacionais, particularmente por razões éticas e políticas. Quando tentei atravessar o Rio Charles, deixar Boston por Cambridge e tornar-me um estudante do doutorado em Sociologia, houve vozes no Harvard/MIT Center for Population Studies que teriam me mandado de volta ao Brasil, não fosse o apoio que recebi de grandes pesquisadores como Nathan Keyfitz e Roger Revelle. Ambos eram mentes lúcidas e brilhantes, que se recusaram a aceitar quaisquer práticas acadêmicas restritivas sobre alunos divergentes.

Agora, depois de apenas algumas décadas, novas cruzadas morais e práticas disciplinares são propagadas pela HSPH. A nova ‘guerra’ é contra o tabaco. Fumantes são considerados criminosos. A proibição de fumar, que cobriu todo o Central Park em NY e outros lugares públicos, não tem base científica para apoiá-la. Qualquer estudante de Sociologia sabe (pelo menos no Brasil): a guerra contra os fumantes é uma cruzada moral.

⁴ Traduzido do original em inglês por: Rodrigo Otávio Serrão Santana de Jesus, aluno do mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rodrigosserrao@hotmail.com

Peça aos seus colegas e estudantes que leiam os ensaios críticos sobre fumaça ambiental do tabaco, no volume que lhe estou enviando pelo correio. Como sociólogo competente, você certamente leu a obra *Psychopathology and Politics*, de Harold Lasswell (cujo seminário conjunto no MIT e Harvard eu tive o prazer de assistir, na década de 1970). Bem, talvez me caiba um dia escrever um livro intitulado, em português, *Psicopatologia e Saúde Pública*. O material empírico do livro – as evidências – serão as proibições impostas pelas autoridades sanitárias dos EUA aos novos leprosos do século 21.

Atenciosamente,

Luiz A. de Castro-Santos
Professor Associado
Instituto de Medicina Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Quinta carta

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2011.

Sr. Editor de Carta Capital:

Saúde Pública ou Polícia Sanitária? Crítica a Drauzio Varella e demais colegas ‘vigilantes’.

A matéria sobre Obesidade Zero, por Gabriel Bonis (CC, n. 671), focaliza o trabalho vigilante de um médico especialista em *marketing*, e talvez mereça mais objeções do que louvores. O Japão começou assim: primeiro, a pregação de especialistas sorridentes e bem intencionados; hoje impõe medidas punitivas aos considerados obesos, que chegam a perder alguns de seus direitos à atenção médica. São estigmatizados e ridicularizados.

O Brasil vive, no momento, uma onda ainda mais avassaladora de banimento de grupos ‘diferentes’ – os fumantes. Há fortes razões para que nós, leitores, festejemos a presença de Drauzio Varella em *Carta Capital*. Mas há motivos para lamentarmos suas aparições recentes no programa Fantástico (TV Globo), em uma série intitulada *Brasil sem Cigarro*. O leitor de *Carta Capital* aprecia o escritor Drauzio, seu texto sóbrio, que aconselha, cuida, previne, promove a saúde. Mas o telespectador global tem diante de si um personagem transfigurado (involuntariamente) pelo próprio tom imperativo do programa e pelo *slogan* doutrinário. Um Brasil ‘sem cigarros’ é um Brasil sem fumantes. O programa, por seu título, não propõe, mas impõe uma conduta. O que faremos com aqueles que não deixarem de fumar? Serão jogados aos tubarões? A campanha não deixa dúvidas, o programa quer compeli-los a deixar um vício ‘hediondo’. Quem assim o definiu? O poder médico. Drauzio agora é o salvador que tudo sabe, porque o programa da TV constrói a

ficção de um demiurgo, dotado de extraordinário poder de definir o bem e o mal. O cigarro é maldito, o “Brasil sem cigarro” é a miragem da limpeza sanitária, que projeta o fumante como um ser infame, e a fumaça de seu cigarro, como o mais letal dos venenos.

Ora, há dois brutais equívocos nesta campanha, alimentada por um diálogo oblíquo entre algumas correntes da Epidemiologia e ONGs antitabagistas. O cenário moralmente ‘inatacável’, politicamente correto e financeiramente compensador (para as ONGs e seus diretores), na verdade, abafa a polêmica e traga a dúvida científica. O primeiro grande equívoco das campanhas antitabagistas é o de anunciar uma falsa oposição, do tipo ‘ame-o ou deixe-o’. A dependência química é como a adesão patrioteira do tempo da ditadura: não há dúvida de que o excesso faz mal. A prevenção e a informação (sem má-fé) darão conta dos excessos. Mas lemas do tipo de ‘não há níveis seguros para o consumo de cigarros’ fecham as portas na cara do fumante. ‘Ou para, ou morre’.

A verdade é que os epidemiólogos silenciam sobre a inexistência de pesquisas robustas com fumantes de poucos cigarros. Há algum tempo os epidemiologistas norte-americanos classificavam como fumantes ‘leves’ os que consumiam até 8 cigarros por dia. Hoje em dia silenciam sobre esses grupos. Não há interesse em descobertas polêmicas que iriam contrariar as cruzadas moralizantes e que dificilmente encontrariam espaço em revistas científicas muito mais receptivas aos chamados estudos confirmatórios.

O segundo equívoco diz respeito ao propalado ‘fumo passivo’ e à legislação antifumo. O termo e a legislação foram importados de Washington e, de quebra, fomentados pela OMS e pela OPAS, permeáveis aos ‘consultores’ norte-americanos. Este equívoco é mais grave, porque interfere na vida social e sentencia os fumantes a fugirem para o meio da rua. No início dos anos 1980, Dimitrios Trichopoulos, um notável epidemiologista grego, estudou um grupo de mulheres de seu país com câncer do pulmão. Elas não fumavam, mas seus maridos eram fumantes pesados e fumavam dentro de casa (um comportamento que as leis antifumo para bares e restaurantes vão estimular no Brasil, paradoxalmente). Daí brotou o conceito de fumo passivo, referido ao impacto indesejável do fumo sobre a saúde de não fumantes, em espaços sem ventilação adequada (vale enfatizar). Ora, o que se vê hoje em dia é o uso abusivo do conceito, que se tornou um ditame moral. A proibição de fumar em parques públicos – no Central Park, em Nova York, ou em outros espaços de ampla ventilação natural, como a Rodoviária de São Paulo – demonstra que a polícia sanitária já desconsidera a base científica de suas leis e passou ao vale-tudo, a um estilo de ‘pega pra capar’.

Há algum tempo viam-se painéis, no Rio de Janeiro e em São Paulo, propondo mais limites sobre a indústria do tabaco. Nada mais oportuno. É preciso, por exemplo, que a indústria promova a redução da adubação química nas plantações, que produza maços com menos de vinte cigarros etc. Mas note-se algo fantástico neste surto histórico contra o fumo e os fumantes: o patético silêncio sobre o álcool, por parte das autoridades e ONGs. O escancarado estímulo ao consumo de álcool, que se vê em toda a parte, especialmente na

TV, não estarece nosso infatigável Drauzio Varella? Tal como o consumo pesado de tabaco, o consumo pesado de álcool tem efeitos prejudiciais sobre a saúde. Mas louve-se a lei 'seca' no Brasil (que tampouco é tão seca assim), por abrigar um aspecto meritório inexistente na legislação antifumo: a lei não interfere nos espaços de sociabilidade, ninguém é forçado a beber no meio da rua, como os fumantes. Além disso, ninguém advoga o fim da produção de bebidas alcoólicas, como uma Convenção burramente assinada pelo Congresso Nacional prescreve o fim das plantações de tabaco no Sul.

Os epidemiologistas não conhecem História, nem nossos congressistas. Bastaria o exemplo da Proibição americana nos anos 1920, para lembrá-los de que os americanos quiseram pôr fim à produção de destilados e conseguiram, isto sim, abrir espaço para a Máfia e para os contrabandistas. Aliás, já assistimos, hoje, ao resultado da cruzada moral contra o tabaco em todo o mundo: a imprensa tem noticiado o contrabando internacional de cigarros com base em países do Oriente Médio. Nada disso se aplica à lei seca tropical, que procura, acertadamente, reduzir os crimes do trânsito, ainda que os tais níveis de álcool no sangue tenham de ser revistos; contudo, não se elimina o consumo em espaços coletivos de entretenimento. Para quem não quiser usar o táxi depois de uma carraspana, existe o transporte solidário. Menos carros na rua, menos poluição ambiental nas nossas cidades.

Quando a interferência sobre o espaço público é descabida e desprovida de bom-senso, é tempo de darmos um basta. Vigilância sanitária é algo muito sério, não pode estar a serviço de ideologias e preceitos morais. A aprovação, pelo Senado, da lei antifumo para todo o país, é a manifestação mais recente dos brutais equívocos. O debate está terminalmente contaminado por doutrinas morais, que fazem da OMS, da OPAS e de instituições nacionais de saúde um nicho de contradições. De um lado, a defesa de grandes causas, como a luta contra a AIDS; de outro lado, a adesão a causas de forte conteúdo policialesco, em que conceitos como o 'fumo passivo' transformaram-se em preceitos para o controle de corpos e espaços públicos.

A presença de Drauzio Varella em *Carta Capital*, publicação sensível às grandes questões da vida contemporânea, levanta, portanto, outras tantas questões. O médico respeitável e respeitado tornou-se referência nacional para a população brasileira, que acompanha suas preleções sobre saúde e doenças com reverência e humildade. É um homem do bem. Os testemunhos que assistimos na TV indicam seu carisma, sua capacidade de transformar conhecimento médico em guia de autoajuda para corpos e mentes. Diante de tamanho poder de persuasão, sua presença à frente da cruzada Brasil sem Cigarro é inoportuna. O Dr. Drauzio poderia livrar-se – livrar-nos – de suas campanhas na TV. As doses de propaganda de 'avanços médicos', como nos programas 'Fantásticos', vão matar o paciente. O telespectador já está sedado, sem capacidade de resistência e crítica. O notável médico não deve tirar proveito disso, em que pese sua admirável e generosa intenção de ajudar.

Atenciosamente,

Luiz Antonio de Castro Santos
Petrópolis, RJ

Sexta carta

Maria Cristina Megid
Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária
Av. Dr. Arnaldo 351
01246-901 São Paulo-SP
Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 2012
Assunto: sobre a legislação antifumo.

Cara Dra. Maria Cristina Megid,

Sobre a recente matéria, veiculada na imprensa, sobre a ‘aceitação’, por parte dos fumantes, da vigência e aplicação da Lei Antifumo, gostaria de solicitar sua cautela. Por sua formação médica, e não nas Ciências Sociais, talvez desconheça o fato de que pesquisas com pessoas discriminadas (os fumantes, neste caso) tendem a colher dados que ‘justificam’ a discriminação (“83% dos fumantes paulistas aprovam a lei antifumo” etc.). Este é um mecanismo de defesa e autoculpabilização a que chamamos internalização do estigma. Esta lição trivial está em qualquer manual de métodos de pesquisa em Ciências Sociais.

Se fossem realizadas, na década de 1930 ou 40, pesquisas com leprosos nas colônias – os hansenianos de hoje, tão estigmatizados no passado que, hoje, fogem ao diagnóstico, mesmo sabendo dos sintomas – não teria sido outro o resultado: aprovação maciça pelos próprios doentes, dos métodos de insulamento e exclusão, impostos pela autoridade sanitária naqueles tempos. “Somos perigosos, podemos contaminar etc.” Na Agência Brasil, também merece reparos a matéria de Flavia Albuquerque, transcrita no site de *Carta Capital*, “Lei Antifumo reduziu concentração de monóxido de carbono” etc.. A matéria revela, como tantas outras na imprensa diária, a ingenuidade e desconhecimento de boa parte da mídia sobre os aspectos científicos do tema do tabagismo e especialmente do propalado e enganoso ‘fumo passivo’. A matéria me fez lamentar esta e outras informações equivocadas, a exemplo da estatística citada pela senhora, sobre “sete pessoas não fumantes que morrem no país” supostamente devido ao fumo passivo (corte e colagem dos enormes anúncios do INCA, sem qualquer base científica para tal ‘estatística’). Ao mesmo tempo, estas informações são deploráveis, pelo impacto prejudicial que têm na opinião pública, e

que transformam uma importante questão de saúde pública e de prevenção em uma cruzada moral e policialesca.

Felicidades em seu belo trabalho à frente de outras tantas batalhas importantes da saúde pública.

Atenciosamente,

Luiz Antonio de Castro Santos
Professor Associado
Instituto de Medicina Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Sétima carta

Renato Farias – Coordenador - Canal Saúde
Fiocruz
Avenida Brasil, 4365
21040-900 Rio de Janeiro, RJ
Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2012.

Caro Renato Farias,

Na temporada de carnaval, procurei alternativas na TV. Creio que era a noite de sábado ou domingo dos desfiles em São Paulo. Parei o controle remoto no Canal NBR e entrei na Sala de Convidados – um programa dos melhores, ‘construindo cidadania’ neste nosso país sofrido. Mas fiquei pasmo! A produção escolheu um programa antitabagista anódino e previsível, justo em uma noite de Carnaval em que pessoas costumam beber muito e depois dirigir seus carros, criminosamente. Por que logo os cigarros, de todos os males do Carnaval o menor?

Pior ainda do que a escolha inoportuna do Programa foi a escolha infeliz dos convidados. Na verdade, no ambiente antitabagista (sobretudo na mídia e na “vigilância” sanitária), nem sempre os profissionais têm formação científica sólida. Na Sala de Convidados, os argumentos apresentados foram invariavelmente discutíveis e sujeitos a controvérsia.

Dois pequenos exemplos: 1) “garçons em restaurantes seriam afetados pelo fumo passivo”. Não seriam, se as áreas de fumantes, bem ventiladas e reservadas por lei aos fumantes – este é meu ponto – fossem de autosserviço. As representantes da ONG paulista (agora com sucursais) lembram sempre esse exemplo, mesmo sabendo das alternativas de autosserviço. Exemplo de má-fé. 2) “Além de fazer vítimas, o tabagismo gera gasto anual para o Sistema Único de Saúde”. Note-se: serão vítimas se o consumo de tabaco for pesado,

como devem saber os epidemiólogos – fumantes leves não são ‘vítimas’. Note-se ainda: os gastos para o SUS são gerados também por ‘alcoólatras’, ‘drogados’, ‘obesos’, diabéticos, sedentários, depressivos, hipertensos. Vamos adotar posturas policiais para todos, retirá-los de circulação, forçá-los a seguir estilos de vida que reduzam custos? A rigor, dentre os exemplos de *outcasts*, os fumantes custam pouco ao sistema de saúde, pois já pagam impostos altíssimos embutidos no produto. Nesse segundo caso, estamos diante não de má-fé, mas de uma visão unilateral e idiossincrática sobre riscos. O fato é que ONGs e institutos especializados, como o INCA, são sempre monocórdios e, por tal razão, quase sempre tendenciosos.

Não tenho ilusões. Temo que o Canal NBR, por ser uma emissora federal e (no caso das políticas antitabagistas) afeita à posição oficial do Ministério da Saúde, não abra espaço para discordâncias. Algum de nós, críticos dos excessos policiais da vigilância antifumo, seremos convidados para sua sala? A NBR ouvirá vozes discordantes, inclusive na Fiocruz, sobre o tema? Daqui a alguns anos, quando a produção de tabaco for criminalizada e os execrados fumantes forem levados a adquirir cigarros do narcotráfico, terei de tornar pública esta carta, escrita de boa-fé a Renato Farias, com isenção científica, mas a partir de minha militância sociológica. Justamente o inverso do que ocorre com os convidados nas incontáveis salas e espaços que a mídia brasileira abre para os antitabagistas: má-fé (ou boa-fé ingênua), manipulação científica, militância policial e discriminante. Um forte abraço e meu apreço,

Luiz Antonio de Castro Santos
Professor Associado
Instituto de Medicina Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

P.S. Acesse a publicação de nossos textos, vozes dissonantes no imenso coral de vozes tuteladas em <<http://www.crde-unati.uerj.br/renato/risco.htm>>

Oitava carta

Madeline Drexler, Editora Executiva
Harvard Public Health Review
90 Smith Street
Boston, MA 02120

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2012

Ref: “Listen up: kids get fewer ear infections in smoke-free home.” HPHR, Fall 2011, p. 4.

[“Prestem atenção: crianças pegam menos infecções de ouvido em lares livres de fumo”. HPHR, Outono 2011, p. 4]⁵

Prezada Editora, Madeline Drexler,

Desculpe-me por esta longa carta, mas sou sobrevivente de outro tempo, quando as pessoas escreviam longas cartas e as liam com atenção. Espero que esta carta possa ter dois resultados: primeiro, que Madeline Drexler, por seu passado brilhante como jornalista, seja bem sucedida em inaugurar uma seção de Cartas ao Editor nesta prestigiosa revista de saúde pública. A HPHR se projeta hoje como um território fechado, aparentemente acima de qualquer crítica de seus leitores; em segundo lugar, espero que uma parte da minha carta possa ser selecionada e condensada, para aparecer na nova seção, aqui sugerida.

A edição de outono da HPHR revela uma publicidade indevida sobre os resultados de uma ‘*fast research*’, baseada não no terreno da ciência, mas em razões morais. Estudos conduzidos por ‘institutos para uma sociedade livre de tabaco’ não são mais confiáveis do que os estudos pagos, no passado, pela indústria do tabaco. Lê-se no título: “Crianças pegam menos infecções de ouvido em lares livres de fumo”. Este é claramente o tipo de ‘descoberta científica’, que leva as pessoas a dizer ‘com certeza’, quando elas deveriam de fato questionar: “– isto é verdade?”

Número um: crianças de fato podem pegar infecções de ouvido por fumo passivo porque seus pais foram banidos das ruas, praças públicas e locais de entretenimento, como restaurantes e bares. Pessoas que costumavam fumar nesses locais públicos, em áreas bem ventiladas reservadas para fumantes, são agora empurrados para fumar em suas próprias casas. Recentemente, um fumante expressou seus sentimentos na internet, “como um cão encurralado por uma pessoa com um taco de beisebol na mão, em um beco sem saída”. Este é o impacto de políticas de ‘limpeza’ sobre esta casta agora abjeta de fumantes. Seus lares são seu último refúgio.

Número dois: se os pais pararem de fumar em suas casas, um estudo sério, cuidadosamente projetado, deve prestar atenção às possíveis consequências de uma (socialmente imposta) casa livre de fumo sobre as crianças, que podem receber a descarga de sintomas traumáticos de estresse de seus pais. Este é o possível cenário de violência doméstica, comportamento agressivo dos pais, redução do desempenho escolar e aumento de estresse entre as crianças, ainda que ‘com menos infecções de ouvido’.

Número três: Se estamos interessados em ajudar pais que fumam, os relatórios de pesquisa precisam qualificar seus resultados. Por exemplo, ‘comportamentos voluntários (sic) contra o fumo’ adotados pelos pais, podem ser desnecessários durante os meses de verão nos Estados Unidos, se eles vivem e fumam regularmente em casas bem ventiladas. (Como no caso dos hábitos de consumo de bebida alcoólica, o aceitável é um consumo

5 Traduzido do original em inglês por Rodrigo Otávio Serrão Santana de Jesus, aluno do mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rodrigosserrao@hotmail.com

não abusivo, moderado). Um comportamento mais flexível e verdadeiramente voluntário também pode ser adotado por pais, tais como fumar fora de suas casas, em varandas ou em áreas bem ventiladas perto de janelas. Se a pesquisa fosse conduzida de boa fé e com base em um método cientificamente válido de coleta de dados, os autores deste estudo deveriam procurar ‘falsos negativos’ e ‘falsos positivos’. É altamente possível e provável que “lares livres de fumo” e lares com fumantes mostrarão resultados similares para a infecção de ouvido entre as crianças se pais fumantes mantiverem suas casas bem ventiladas quando e depois de fumarem. Mas a questão, mais uma vez, é a seguinte: em uma cruzada moral, quem se atreve a dizer “estamos indo longe demais”?

Número quatro: Estas descobertas da pesquisa adicionam pedaços parciais e inconclusivos de conhecimento a um campo carente de pesquisa independente e não-ideológica, que por estes motivos não deveriam figurar nas primeiras páginas da HPHR. Isto não é ciência, mas pura propaganda.

Como o silêncio dói, literalmente. O seu excelente artigo sobre o “preço de ser uma mulher negra na América (do Norte)” leva-me a pensar sobre o preço do fumante ter sua voz silenciada em um teatro moralista e excludente. Refiro-me agora à tendência, nos círculos de saúde pública, de desqualificar uma voz contra o frenesi mundial antitabagista. Essas visões hegemônicas, você sabe muito bem, derivam de um preceito moral sobre o ‘fumo passivo’; disfarçado como um conceito científico trouxe de volta as práticas autoritárias da polícia médica, certa vez descrita pelo historiador George Rosen para a saúde pública europeia durante os séculos 18 e 19. Você deve ter lido sua fantástica coleção de artigos, *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Se Rosen ainda estivesse entre nós, ele escreveria um artigo com o título semelhante, “De volta à Polícia Médica: Lições norte-americanas”.

Inclusas estão duas cartas que eu recentemente enviei ao Decano J. Frenk e ao meu colega, professor de Sociologia, Gortmaker. Não obtive resposta. Somos parceiros no mundo acadêmico e profissional da ciência. O silêncio deles é absolutamente inaceitável. Eu não escrevi ao Sr. Greg Connolly ou ao Sr. Koh, professores/investigadores da HSPH. Eles fazem o trabalho para o qual foram treinados; têm a mente e o comportamento de oficiais da polícia, afiados durante anos de serviço, um como Comissário de Saúde Pública de Massachusetts e o outro, como Diretor de Controle de Tabaco de Massachusetts. Eles não são acadêmicos. Eu questiono o antigo Decano da Escola de Saúde Pública e os docentes da HSPH, que convidaram esses ‘técnicos antitabagistas’ e os saudaram como membros do corpo docente. O mundo acadêmico tem sua própria lógica de conduta que é, e deve sempre ser, distinta dos mundos de agentes sanitários ou da polícia de costumes.

Se um dia a HSPH ousar promover uma mesa redonda sobre este tema, eu me ofereço para falar e publicamente desafiar, por razões epidemiológicas e sociológicas, os pontos de vista mantidos e propagadas por Koh e Connolly. Aceite os meus votos sinceros

de um trabalho pacífico e produtivo na HPHR,

Luiz A. de Castro-Santos
Professor Associado
Instituto de Medicina Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Um comentário final. (Talvez fosse chegado o momento, apenas, de uma Carta de Vinhos, para um brinde a *Política & Trabalho*). Há mais de uma década venho me posicionando, na vida acadêmica, contra a ação discriminatória das agências de saúde, nacionais e internacionais, em relação a comportamentos e estilos de vida considerados de risco. É a própria epistemologia do risco – e agora, o chamado princípio da precaução –, que está em jogo e deve ser criticada, por seus fundamentos frágeis ou plenamente equivocados, do ponto de vista da ética das sociabilidades. Creio que fui bem sucedido ao suscitar alguns debates e posicionamentos mais ponderados, diante de uma torpe retórica (da exclusão) e de uma hermenêutica do silêncio (a recusa das autoridades sanitárias ao debate aberto, inclusive pela mídia). Mas há fronteiras no jardim da razão, cantava Chico Science. Há limites para a busca infrutífera de um recuo por parte da autoridade sanitária. O que se vê, muito ao contrário, é um avanço extremamente bem concatenado, que aflora do subterrâneo de práticas e alianças urdidas durante anos a fio, para a formulação de políticas, programas e campanhas de redução dos espaços de sociabilidade dos fumantes, impostos por ONGs antitabagistas e agências de saúde pública. O avanço é inexorável. Não há, no horizonte dos possíveis, sinais de resistência por parte das vítimas do opróbrio. Quando a internação compulsória dos leprosos findou no Brasil, em 1962, apenas vinte anos depois é que se instalou aqui um movimento de reintegração dos hansenianos à vida social plena, conhecido como Morhan. Vinte anos. As sociedades humanas estão movidas por laços complexos de resistência à alteridade, ao outro que difere de nós, como escreveu Paul Ricoeur (1990). As cartas aqui transcritas partiam da esperança de que as fronteiras da razão fossem reconquistadas. Mas hoje, no horizonte dos possíveis, a luta está perdida. Combati o bom combate, aberto, de frente. Escrever, disse certa vez Michel Foucault, só tem sentido na medida em que “se incorpora à realidade de um combate como um instrumento, uma tática, um alumiamento” (Foucault, 1975, p. 3). O silêncio humilhado dos vencidos e a precária ciência dos vencedores são fatos, que um dia se fará necessário superar.

Contra fato, resta argumento. E se este for silenciado, resta-nos ainda lançar a sentença de Macunaíma: o que é mal ganhado, o diabo leva⁶.

6 Dedico este trabalho aos fumantes, expulsos dos espaços públicos de sociabilidade pela truculência de alguns, pela boa-fé de muitos e pela precária ciência de todos.

Referências

- ANDRADE, Mário [1928]. **Macunaíma**. O herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- BRASIL. **Governo e indústria fecham acordo para tirar 25 mil toneladas de sal dos alimentos e melhorar saúde do trabalhador**. 29/08/2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/governo-e-industria-fecham-acordo-para-tirar-25-mil-toneladas-de-sal-dos-alimentos-e-melhorar-saude-do-trabalhador>> Acesso em: 20 set. 2012
- CASTRO SANTOS, Luis Antonio de. Fumantes: os novos leprosos. **Revista de APS**, v. 13, n. 2, abr./jun. 2010, p. 250-254.
- _____. In defense of smokers. **Contexts**, v. VIII (3), summer 2009, p. 72-74.
- _____. Os novos leprosos. **Revista do Idec**, n. 135, agosto 2009, p. 44.
- DUBE, Siddharth. **O fim da pólio**: a campanha mundial para a erradicação da doença. Tradução de C. Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Sur la sellette (entretien avec J.-L. Ezine). **Les Nouvelles littéraires**, n. 2477, 17-23 mars 1975, p. 3. (Dits Ecrits II – 1976-1979. Paris: Gallimard, 1994)
- GARFINKEL, Harold. Conditions of successful degradation ceremonies. **American Journal of Sociology**, v. 61, n. 5, mar 1956, p. 420-424.
- ALPERT, Hillel. Listen Up: Kids Get Fewer Ear Infections in Smoke-Free Homes. **Harvard Public Health Review**, Fall 2011
- ILLICH, Ivan. **La Convivencialidad**, 1985, Obra on-line. Disponível em: <http://viruseditorial.net/pdf/la_convivencialidad-prueba.pdf> Acesso em: 20 set. 2012
- MAZZA, Mariana. **Entrevista - Maria Emília Pacheco: a nova presidenta do Consea**. 25/04/2012. ASA Brasil. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7311&WORDKEY=Maria%20Em%EDlia%20Pacheco> Acesso em: 11 set. 2012
- MCPHERSON, Michael. Imperfect democracy and the moral responsibilities of policy advisers. In: CALLAHAN, Daniel; JENNINGS, Bruce (orgs). **Ethics, the social sciences, and policy analysis**. New York: Plenum, 1983.
- OLIVIER, Vincent. Pierre Meneton, l'obstiné. **L'Express**, 26/01/2011. Disponível em <http://www.lexpress.fr/actualite/sciences/sante/pierre-meneton-l-obstine_956016.html> Acesso em 20 set. 2012
- PIVETTA, Marcos. Negar para não mudra. **Revista Fapesp** [online], Edição Impressa 175, set. 2010. Disponível em: <<http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=4228&bd=1&pg=1&lg=>>> Acesso em: 20 set. 2012
- RICOUER, Paul. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.
- SALGADO, Sebastião. **O fim da Pólio** - A campanha mundial para a erradicação da doença. Tradução Cláudioio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTINI, Daniel. A difícil cobertura sobre a indústria de armas no Brasil. **O Observatório de Imprensa**, n. 680, 7/2/2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed680_a_dificil_cobertura_sobre_a_industria_de_armas_no_brasil> Acesso em: 20 set. 2012
- VERAS, Renato. **Riscos à saúde**: fumaça ambiental do tabaco – pontos para um debate. Rio de Janeiro: Uerj, Unati, 2010. Disponível em: <<http://www.crde-unati.uerj.br/renato/risco.htm>> Acesso em: 20 set. 2012